



**Universidade Federal de Santa Maria - UFSM  
Educação a Distância da UFSM - EAD  
Universidade Aberta do Brasil - UAB**

**Especialização em Tecnologias da Informação e da Comunicação  
Aplicadas à Educação**

**PÓLO:** Sobradinho

**DISCIPLINA:** Elaboração de Artigo Científico

**ORIENTADORA:** Prof. Dra. Leandra Anversa Fioreze

21/10/2011

**Políticas inclusivas e o uso das tecnologias na educação formal**

**Inclusive politics and the use of the technologies in the formal education**

**WEBER, Aglaé de Souza**

Licenciada em Pedagogia - Anos Iniciais, com Ênfase em Educação Especial  
pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

**Sobradinho, 21 de outubro de 2011**

## RESUMO

Este trabalho discorre acerca das possibilidades de construção de uma educação inclusiva através da utilização de tecnologias da informação e da comunicação (TICs) em âmbito escolar. A lei diz que a escola é a mesma para todos enquanto a realidade mostra que ela tende a representar o padrão social no qual está inserida, sendo mais bem equipada e estruturada à medida que o padrão econômico-social aumenta. Este problema é potencializado ao tratar dos temas digitais, onde as dificuldades iniciam na precária estrutura material e culminam na falta de preparo dos docentes encarregados da educação (que deveria ser emancipadora). Uma educação verdadeiramente inclusiva requer bem mais do que leis e boas intenções. O desenvolvimento da educação depende da organização de ações e participação de todos os sujeitos envolvidos, num processo coletivo de construção, com vistas à real inclusão social e ao reconhecimento e respeito das diferenças. Para tanto, o a utilização correta das TICs é imprescindível, pois estamos inseridos em um contexto de alta complexidade social em que a demanda por informações atualizadas sugere bom espaço pedagógico para desenvolver a curiosidade investigativa, tornando crescente o saber educacional. Isto porque as TICs aparecem como alternativa ao objetivo de que a educação brasileira seja vista e tida como uma educação de qualidade, fazendo crescer a responsabilidade dos profissionais da educação que, mesmo sem o necessário respaldo por parte dos órgãos competentes, possuem em seu trabalho a gigantesca tarefa de tentar melhorar realmente o rumo da educação brasileira.

**Palavras-chave:** educação inclusiva – escola - tecnologias da informação e da comunicação

## ABSTRACT

This work talks about possibilities of building as inclusive education through the use of information technologies and communication technologies (ICTs) at school. The law says that schools are the same for everybody, while the reality shows us that the school represent the social pattern wich it is situated, being better equipped and structured where is better the social and financial structure. This problem increases when we are dealing with digital issues, where the difficulties begin in poorphysical structure and culminate in the lack of teacher's preparation in charge of education (which should be emancipatory). A truly inclusive education requires much more than laws and good intentions. It depends on the organization of actions and participation of everyone involved in a collective processo of construction, wich intents a real social inclusion and the recognition and respect for diferences. For this, the proper use of ICTs is essential, especially in a context of high social complexity, with demand for current information . This scenario suggests good pedagogical space to develop an investigative curiosity, increasing the educational knowledge. This occurs because TICs appears as an alternative for making Brazilian education be seen as an education of quality, growing the responsibility of the professionals of the education who, without the necessary endorsement of the competent agencies, possess in its work the gigantic task to try to really improve the route of the Brazilian education.

**Key words:** Inclusive education – school – information and communication technology

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Uma possibilidade para buscar soluções referentes ao direito à diferença é oferecer uma oportunidade para que os educandos mostrem seus potenciais e sonhos, tornando-se verdadeiros cidadãos, com direitos e deveres. Para isso é necessário que a sociedade (como um todo) ofereça as condições para que dela se faça parte os excluídos, considerando tanto a exclusão social, como a exclusão digital. Diante deste quadro, o presente artigo tem como objeto o estudo da educação inclusiva e da utilização das tecnologias da informação e comunicação no trabalho no enfrentamento de entraves gerados pelas diversidades no contexto educacional. Afinal, é da escola o papel de fomentadora da “igualdade entre os desiguais”. O tema é assunto de discussão constante das categorias sociais voltadas ao bem-estar geral e à inibição da exclusão social.

O objetivo geral deste trabalho foi o de relacionar o ensino regular às políticas de inclusão e ao advento das tecnologias de informação e comunicação (TICs) no embate aos desafios através da busca de alternativas para a transformação do cotidiano escolar e da construção da cidadania. Para isso foi necessário especificar quais são as necessidades a serem superadas, razão da reprovação das condutas de exclusão, as origens históricas e culturais das “diferenças” entre os homens. A participação na vida de uma comunidade escolar, onde o problema da “diferença” se faz comumente presente, motivou a abordagem teórica do assunto, voltado à busca dos ideais dos Princípios Constitucionais de Igualdade e Solidariedade, visando a reflexão sobre as causas de aceitação ou não destas “diferenças”.

A própria condição humana gera “diferentes”: seres que pensam, sentem e agem de formas diferentes e intensidades variadas. Tudo porque aprendemos o mundo de maneira diferente e dessa forma vivemos. Na maioria das vezes sequer há a possibilidade de questionamento sobre querer ou não ser diferente; afinal, como seres humanos que somos, a partir do momento em que nos tornamos sabedores da diversidade, precisamos garantir o caráter subjetivo desta individualidade.

A oportunidade gerada pelo convívio diário com os educandos e com suas inúmeras e diferentes necessidades - principalmente a de desenvolver um senso crítico e voltado à realização não pessoal, mas coletiva-, atende às aspirações de

realização de qualquer professor. É uma forma de contribuir com a sociedade e evitar a discriminação e o preconceito e, principalmente, de aproximar os ideais da solidariedade, dignidade e igualdade entre os homens. Uma vez valorizada esta diversidade do ser humano, pensar na prática da inclusão como um todo nas escolas de ensino regular significa tomar consciência e valorizar (não somente compreender e aceitar) as diferenças, e dessa forma, diminuir a inquietação íntima do docente que busca respostas sobre a equiparação do *aprender* entre os educandos, dando novo significado à aprendizagem, acompanhando curiosamente a maneira mágica de se viver, de cada um vir a ser, do sujeito em seu jeito, no seu tempo e ao seu tempo.

O respeito à diversidade exige, sobretudo, respeitar os diferentes saberes, cuidando, acolhendo, compartilhando diferentes jeitos de aprender, pois a diferença não é uma peculiaridade das pessoas com deficiências ou superdotadas: somos todos absolutamente diferentes uns dos outros e de nós mesmos na medida em que crescemos e nos desenvolvemos. Somos todos especialmente diferentes.

A problemática surge em face do seguinte questionamento: Como se têm configurado as políticas de inclusão no cotidiano da escola? De que forma as TICs podem contribuir na inclusão e quais são os entraves encontrados na educação regular contemporânea? Diante da perspectiva de real integração social da pessoa, primeiramente exercida pela comunidade escolar, em uma sociedade nem sempre justa, igualitária e acolhedora, pretende-se discutir os parâmetros do “direito à diferença” na sociedade em geral, a interação entre os agentes envolvidos e a observância dos Princípios Constitucionais de Igualdade e da Solidariedade. Isto se dará através do estabelecimento comparativo (teóricos) entre os conceitos de “escola”, “educação” e inclusão, da delimitação do papel social da escola e do uso das TICs na tomada conceitual dos termos envolvidos, que visam propiciar a propagação inclusão de todos os educandos enquanto frequentadores da instituição escolar no regime regular de ensino.

## A ESCOLA E A EDUCAÇÃO

Cresce hoje, devido ao desenvolvimento da modernidade, a necessidade de repensar não só a função da escola, mas também a educação como um todo. Para que ela serve? Como enfrentar o fracasso desta instituição que parece estagnada no tempo? “Escola para o povo”, verdadeira ou falsa essa afirmação? O uso das tecnologias da informação e comunicação nas escolas é um meio? Seria a solução? São temas a serem levantados para que se possa, de alguma forma, entender qual a contribuição da escola na vida das pessoas.

O crescente inconformismo geral em relação aos problemas acima referidos remete ao passado. Histórica e teoricamente, a escola tem como função ensinar, auxiliar, dar condições para que as pessoas possam se desenvolver, evoluir, serem sujeitos de suas próprias vidas. Na prática, a realidade nos mostra que se essa é ou era a função da escola, tal não aconteceu e não acontece, pelo menos para a grande maioria das pessoas. Presume-se que o papel da escola seja o de educar e sua ideologia e seu propósito público atravessam os tempos sem serem contestados. Aprofundando esta idéia, colaciona-se as seguintes palavras de Reimer:

A maioria das crianças do mundo não freqüenta a escola. A maioria das que entram para a escola largam-na poucos anos mais tarde. A maioria das que continuam por mais algum tempo afasta-se em nível mais elevado. [...] Nenhuma criança, entretanto, deixa de aprender algo na escola. Aqueles que nunca freqüentaram aprendem que nunca terão as coisas boas da vida. Aqueles que deixam a escola cedo demais aprendem que não merecem estas coisas boas da vida. Aqueles que a largaram mais tarde aprendem que o sistema pode ser vencido, mas que não por eles. E todos aprendem que a escola é a vereda da salvação secular (1979, p. 19).

No Brasil, o discurso em favor da educação é antigo, anterior à Proclamação da República, e perdura até os dias atuais. A propaganda educação popular, sempre presente nos discursos políticos (objetivando igualdade social, democratização do ensino), dificilmente passará do uso de expressões essenciais à conquista do voto. Essas expressões não deixaram de ser usadas nem mesmo pelos regimes autoritários, antiliberais e antidemocráticos, oscilando seu discurso na direção quantitativa (mais escolas para o povo) ou qualitativa (reforços educacionais, novas metodologias, aperfeiçoamento de professores).

A Constituição Federal prevê explicitamente, em seu art. 6.º, que a educação é um direito social<sup>1</sup>, mas a escola a que todos os brasileiros têm direito tem sido uma conquista lenta. Trata-se de um direito do cidadão pela real democratização do saber e da escola. Os altos índices de reprovação escolar corroboram as alegações de Soares (1988, p. 9), de que nessa luta “o povo ainda não é vencedor, continua vencido: não há escolas para todos, e a escola que existe é antes *contra* o povo que *para* o povo” como nos mostram os altos índices de reprovação escolar.

Inúmeros são os estudiosos do tema “fracasso escolar e pedagogia da exclusão”, bem como grande é o número de produções acadêmicas nesse sentido. Nem mesmo nossa Carta Magna tem o poder de reverter o quadro que se vislumbra em nosso país, já que entre a teoria e a prática, a distância que se faz sentir é exatamente grande. Nas palavras de Carvalho:

[...] apesar de tudo que se escreve e se fala a respeito e das medidas político-administrativas implementadas, ainda convivemos com elevados índices de exclusão traduzidos, dentre outros indicadores por: alunos que nunca ingressaram na escola, defasagem idade-série, evasão escolar, estratégias de aceleração adotadas para compensar fracassos e evitar repetências, baixa qualidade das respostas educativas [...] (2004, p. 56).

O fracasso escolar, o insucesso do sistema educacional, são questões que buscam respostas urgentes, as quais não foram e talvez nem sejam encontradas. Impossibilitados de um possível desfecho positivo pela falta de seriedade com que a educação é tratada no Brasil:

Há problemas com as nossas escolas que nos perseguem como um pesadelo. Não há como ignorá-los, nem fugir deles. Entre os pesadelos constantes estão fracasso escolar. Alguém dirá, mas está quantificado: altas porcentagens de repetentes, reprovados, defasados. O pesadelo é mais do que o que quantificamos. Podem cair porcentagens, que ele nos persegue. O fracasso escolar passou a ser um fantasma, medo e obsessão pedagógica e social. Um pretexto. Uma peneira que encobre realidades mais sérias. Por ser um pesadelo nunca nos abandonou, atrapalha nossos sonhos e questiona e derruba nossas melhores propostas reformistas. Quanto se tem escrito sobre o fracasso ou sobre o sucesso e a qualidade, seus contrapontos, e continuamos girando no mesmo lugar (ARROYO, 2000, p.10).

---

<sup>1</sup> BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2000. Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, também garante o acesso à educação<sup>2</sup>. Trata-se de uma regra ainda mais utópica, atribuindo à família, à comunidade, à sociedade e ao Estado, o papel de assegurar a efetivação inclusive dos direitos referentes à educação, à profissionalização, à cultura, de forma digna e respeitosa.

Desta breve análise pode-se visualizar que o poder Público criou as normas que garantiriam a igualdade de oportunidades na educação e a melhoria no desempenho do futuro profissional, mas se esqueceu de dar provisões para que isso deixasse de ser uma lei para virar realidade. Ocorre que a escola ideal é inversamente proporcional àquela real: os educandos contam com uma escola democrática, real apenas na teoria, mas desmentida diante dos fatos. A escola deveria estar aberta a todos e não atender com qualidade somente as classes mais altas, a exemplo de que as escolas de zonas periféricas e rurais deveriam ser bem equipadas como as das zonas centrais dos grandes centros urbanos.

A lei diz que a escola é a mesma para todos. Em contra partida, a realidade nos mostra que as escolas tendem a representar o padrão social no qual estão inseridas, sendo melhores, mais bem equipadas e estruturadas, à medida que o padrão econômico e social aumenta, com o que concordam Ceccon, Oliveira e Oliveira:

Para as escolas <boas> vão sempre os professores mais competentes e experientes. Nelas, as condições de trabalho são melhores. Há um número menor de alunos por turma e o tempo de aula é maior. O material didático também é abundante e de boa qualidade.

Nas escolas <carentes> dá-se o contrário. Os professores estão sobrecarregados e insatisfeitos. Por causa disso, ficam pouco tempo na escola. O material didático (cartilhas, livros, etc.) é inadequado e insuficiente. As turmas estão superlotadas e as crianças têm menos tempo de aula. Nestas escolas, os professores faltam com mais freqüência às aulas, os alunos são rebeldes e desinteressados e há mais problemas de disciplina.

Ora, essas escolas <boas>, bem equipadas, onde se estuda mais e melhor, estão quase sempre localizadas nos bairros de classe média e nos bairros mais prósperos. Já as escolas <carentes>, onde falta tudo, estão localizadas nas áreas onde mora o pessoal mais pobre (1985, p. 52-53).

---

<sup>2</sup> Brasil. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. In. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. UNISC, 1996. Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Uma escola que usa a linguagem comum às classes abastadas, sem se importar com a maioria da população e que não pensa e não atende as necessidades desta maioria, evidentemente não é democrática e muito menos fraterna. Segundo Gentili (apud ZITKOSKI, 1997, p. 86):

Não existe qualidade com dualização social. Não existe qualidade possível quando se discrimina, quando as maiorias são submetidas à miséria e condenadas à marginalidade, quando se nega o direito de cidadania [...] pois qualidade para poucos não é qualidade, é privilégio.

Atualmente, as escolas de qualidade continuam privilegiando uma minoria (como o faziam no passado), o que é resultado da organização da sociedade: os mais pobres permanecem à margem social, tornam-se trabalhadores explorados e excluídos da participação na vida política dando sustentação para o autoritarismo. Nas palavras de Chauí:

[...] esta visão é cega para algo profundo na sociedade brasileira: o autoritarismo social. Nossa sociedade é autoritária porque é hierárquica, pois divide as pessoas, em qualquer circunstância, em inferiores, que devem obedecer, e superiores, que devem mandar. Não há percepção nem prática da igualdade como direito (1999, p. 435-436).

As desigualdades econômicas e o autoritarismo social são fortemente sentidos entre as camadas mais populares, e o interesse da classe dominante, apesar de os brasileiros afirmarem periodicamente viver em meio democrático, a escola não é democrática por estar inserida em uma sociedade não democrática: “os donos do poder são também os donos do saber e os pobres são excluídos tanto da escola quanto da participação nas decisões” (CECCON; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1985, p.81). O discurso do professor, seus gestos, o conteúdo dos livros, os programas de ensino, as regras de convivência ou as normas disciplinares são em sua maioria semelhantes a um pai de classe dominante ao falar ao filho, da maneira que lhes é comum. A escola é um prolongamento da vida cotidiana, pois a linguagem é a mesma utilizada em família.

Os educandos simplesmente não compreendem a maior parte do que é ensinado pela escola, tão pouco sabem por que devem aprender tais coisas e não outras. A falta de sentido e de utilidade do que lhes é ensinado faz com que muitas vezes se sintam confusos frente à artificialidade das situações propostas, não condizentes com a realidade em que vivem. Seguindo esta mesma lógica se pode dizer que uma linguagem única para tratar educandos de classes sociais diferentes em um mesmo ambiente escolar é a reprodução da desigualdade, na

qual os que não conhecem certamente sairão prejudicados, pois esta linguagem não faz parte de sua realidade, o que não acontece com a classe dominante, usuária dela no seu cotidiano.

O discurso mudou e inovações tecnológicas estão aí para serem utilizadas, mas as escolas continuam funcionando como há séculos atrás, e “[...] o professor repete, na atividade profissional, o modelo arcaico (verbalização), apesar de sua evidente ineficácia histórica” (LIMA, 1995, p.39). O resultado dessa educação é palpável, visível. A escola é uma instituição que parou no tempo, não acompanhou a evolução, com exceção das escolas particulares, servidoras das classes mais abastadas. Ainda segundo Lima (1985, p.26), “[...] se Aristóteles (450 a. C.) voltasse ao mundo verificaria que os professores repetem, ainda, o seu modelo (peripatético) de dar aula, em meio à parafernália de um universo dominado pela mais sofisticada tecnologia”. Nas atividades do dia a dia, a tecnologia se faz presente a todos os instantes, e, neste momento da civilização, a vida cotidiana dificilmente seria possível, haja visto estarem intrinsecamente ligados à existência humana.

### **O uso das tecnologias em âmbito escolar e a inclusão**

Nos confrontamos com a disparidade referente às condições de trabalho dos educadores e à educação pelas escolas oferecida, o que vêm desmentir a democratização do ensino nacional e a propaganda inclusão social e digital. Incluir significa inserir, introduzir as ações necessárias para que a inclusão se viabilize, se concretize. Certamente, em relação às escolas e ao processo educacional, a inclusão não é meramente oferecer determinadas ferramentas tecnológicas, mas sim proporcionar o acesso adequado ao sistema de utilização das tecnologias da informação e comunicação disponibilizados à área da educação para todos. Conforme Filho e Cabral:

Incluir, da perspectiva tecnológica, envolve apreender o discurso da Tecnologia, não apenas os comandos de determinados programas para a execução de determinados fins, não apenas qualificar melhor as pessoas para o mundo do trabalho, mas sim, a capacidade de fluir na decisão sobre a importância e as finalidades da tecnologia digital, o que em si é uma postura que está diretamente relacionada a uma perspectiva de inclusão/alfabetização digital, de política e de construção de cidadania, não apenas de quem consome e assimila um conhecimento já estruturado e direcionado para determinados fins (2010, p.12).

A real conceituação de inclusão digital, mais ampla em suas dimensões social e política, implicaria em novas estratégias de posicionamento, uma vez que existem tecnologias ligadas à inteligência, as tecnologias de comunicação e informação, que através de seus suportes (mídias ou meios de comunicação, como rádio, televisão, jornal, entre outros) viabilizam o acesso, a veiculação e articulação comunicativa, cada vez mais ampliadas pelo momento tecnológico vivenciado, o que se torna um dos maiores desafios para a ação das escolas atualmente.

Introduzir os meios e as tecnologias na escola, pura e simplesmente, sem a devida apropriação e conhecimento por parte dos docentes configura-se em mais uma forma enganosa de ocultar a real situação (arcaica) na qual vivem a maioria das escolas públicas brasileiras. O desafio está em inserir nas escolas as TICs de maneira que estas venham a contemplar e configurar o espaço educacional, auxiliando o processo de aprendizagem, não de forma acabada, mas possibilitando a construção e o conhecimento em relação aos benefícios que as tecnologias podem proporcionar.

As tecnologias de comunicação, quando utilizadas na área da educação, não mudam a relação pedagógica, pois dependendo de quem as utiliza, tanto servem para reforçar visões conservadoras e individualistas quanto para espriar visões progressistas. O uso das TICs nas escolas tornam evidentes os desafios e os problemas a serem superados frente às práticas do cotidiano escolar. Segundo Moran :

A escola é uma instituição mais tradicional do que inovadora. A cultura escolar tem resistido bravamente às mudanças. Os modelos de ensino focados no professor continuam predominando, apesar dos avanços teóricos em busca de mudanças do foco do ensino para o de aprendizagem. Tudo isso nos mostra que não será fácil mudar essa cultura escolar tradicional, que as inovações serão mais lentas, que muitas instituições reproduzirão no virtual o modelo centralizador no conteúdo e no professor do ensino presencial (S.d.; n/p.)

Os instrumentos tecnológicos chegaram às escolas. Televisões, computadores, internet. Contudo, na prática o que se nota é muito mais a modernização da infraestrutura e gestão do que de qualificação profissional capaz de utilizar estes materiais na aprendizagem. As pressões quanto às mudanças estão cada vez maiores, mais fortes, apesar da notável resistência institucional, onde os educandos estão prontos para a utilização das TICs e os professores, via

de regra, não. A resistência antes nominada se mostra à medida que os docentes, sem o domínio das tecnologias, tentam segurar ao máximo as possíveis mudanças. Este entrave aparece, não raramente, mascarado por pequenas concessões de uso e acessibilidade, sem que objetivem o essencial, qual seja a atualização do fazer pedagógico:

Os professores percebem que precisam mudar, mas não sabem como fazê-lo e não estão preparados para experimentar com segurança. Muitas instituições também exigem mudanças dos professores sem dar-lhes condições para que eles as efetuem. Frequentemente algumas organizações introduzem computadores, conectam as escolas com a internet e esperam que só isso melhore os problemas do ensino (MORAN, s.d.; n./p.).

Atualmente, ao se falar sobre inclusão digital, verdadeiramente nos referimos à utilização da informática e dos recursos por ela oferecidos a todas as pessoas, de forma a aproximar diferentes culturas e, com isso, ensejar maior respeito às diferenças. Especificamente na educação, essa inclusão se dá pela utilização dos recursos tecnológicos proporcionados pela informática no intuito de auxiliar o educador no seu fazer pedagógico.

Mas, para que a inclusão digital se dê realmente na área educacional, somente instalar computadores nas escolas públicas não é o suficiente. É necessária a capacitação do docente para que ele possa transformar a sua aula utilizando a ferramenta digital; também é necessário montar a sala digital, ou o laboratório de informática, estando este sempre aberto e com um profissional responsável pela alfabetização digital, proporcionando, assim, a acessibilidade dos educandos às TICs e mantendo esse acesso.

Conforme Santos:

É na escola que o aluno compreende seu papel de cidadão e começa a integrar-se à sociedade, à sua cultura, e a perceber o mundo, os valores e a perceber-se como ser social que pode atuar neste contexto. O uso da TIC (tecnologia da informação e comunicação) nas escolas propicia ao indivíduo a democratização e o acesso à informação, contribuindo de forma significativa para a existência de práticas pedagógicas diferenciadas, que contagiem o indivíduo, despertando o desejo pelo conhecimento, conquistado através do intercâmbio com as diversas informações (s.d., p.2).

Monteiro alerta para a questão da elaboração dos programas educativos e pela utilização de técnicos em informática para promoverem os primeiros contatos dos educandos com as TICs, o que nem sempre atinge às demandas e expectativas pedagógicas:

A inclusão na educação, atualmente, ainda é utópica devido a vários motivos, dentre eles, se destacam a utilização de técnicos em informática, que são contratados com a função de ensinar a utilização correta do computador, e os aplicativos (programas) educacionais, não serem desenvolvidos pelos educadores, e sim por profissionais de informática (programadores), que apresentam os aplicativos de uma forma generalizada, e em sua maioria sem adequação as particularidades dos diversos métodos pedagógicos existentes, ou simplesmente traduzem, para a língua portuguesa, os softwares de uma outra realidade educacional, [...] (2007, p.2).

Nesse sentido, cabe dizer que o educador deve prestar um olhar mais atento e cauteloso, tomando cuidado com os programas de computador que são simplesmente “tutoriais”, não permitindo testar hipóteses, a comparação de modelos e a livre exploração, já que conduzem o aluno a executar programas fechados, cujos recursos estarão esgotados após poucos passos ou exercícios. Somente disponibilizar a utilização de computadores e instruir sobre sua operacionalidade não é suficiente: é necessário realizar a capacitação dos docentes continuamente, a fim de possibilitar o desenvolvimento e a utilização de ferramentas e práticas que venham ao encontro do fazer pedagógico de sala de aula.

As atividades encontradas na grande maioria dos aplicativos e softwares educacionais possuem um apelo visual bastante grande, o que acaba por encantar tanto o professor quanto o aluno. No entanto, somente o layout não garante o auxílio destes programas no processo educacional. É preciso que haja efetivamente softwares e docentes capacitados na sua utilização para que a inclusão digital aconteça; caso contrário, o uso de algumas ferramentas com o acesso à internet, no qual os educandos simplesmente copiam as informações no caderno ou salvam e copiam para entregar ao professor não representa nada de diferente do tradicional “xerox” utilizado até então.

É inquestionável a necessidade de mudanças reais na educação. Contudo, a simples disponibilização das tecnologias nas escolas não acarreta nenhuma mudança real, uma vez que a dicotomia professor-fala/aluno-ouve permanece vigorando, disfarçada agora por um novo verniz de modernidade, com a utilização das TICs mais para ilustrar os conteúdos do que para ampliar e fomentar a criação de novos desafios didáticos. O ato de ensinar e aprender estão sendo cada vez mais desafiados e o uso das TICs na escola carrega em si mesmo os

entraves para que a inclusão digital seja realmente inserida no corpo e na estrutura escolar.

É neste sentido que Almeida se manifesta sobre a inserção das tecnologias na educação:

Inserir-se na sociedade da informação não quer dizer apenas ter acesso a tecnologia de informação e comunicação (TIC), mas principalmente saber utilizar essa tecnologia para a busca e seleção de informações que permitam a cada pessoa resolver os problemas do cotidiano, compreender o mundo e atuar na transformação de seu contexto. Assim o uso da TIC [...] favorece a democratização do acesso à informação, a troca de informações e experiências, a compreensão crítica da realidade e o desenvolvimento humano, social, cultural e educacional. Tudo isso poderá levar à criação de uma sociedade mais justa e igualitária (2005, p.71).

O que se vê na escola e com os professores é um conflito permanente frente à questão do que é melhor e o mais correto a ser feito com relação à educação. De que forma esta instituição e seus profissionais contribuem ou não para uma melhora na vida das pessoas? Educar para a vida no seu verdadeiro sentido ou adequá-la para a competição desenfreada a que fomos lançados em nome do desenvolvimento, da modernidade, da qual somente uma minoria sairá vencedora? Nas palavras de Soares:

[...] o que a escola comprometida com a luta contra as desigualdades pode fazer é vitalizar e direcionar adequadamente as forças progressistas nelas presentes e garantir às classes populares a aquisição de conhecimentos e habilidades que as instrumentalizem para a participação no processo de transformação social (1998, p.73).

Oliveira denomina “racionalidade emancipatória” o processo capaz de habilitar o homem a defender-se das inúmeras armadilhas da vida política, social, cultural e ideológica, formando um cidadão consciente e crítico, hábil no pensar e no questionar. Seus conceitos podem ser ampliados à questão do uso das TICs como complemento à educação de qualidade, sendo esta a que

[...] deve primar pela formação do cidadão, do ser humano emancipado, que seja capaz de pensar e agir com coerência frente à sociedade contemporânea, cada vez mais complexa e desafiadora. O cidadão, além de entender da técnica específica de sua profissão, é, acima de tudo, um ser humano capaz de valorar, de dar sentido a tudo que o cerca, de estabelecer relações sociais, políticas, econômicas, éticas. E isso a educação de qualidade deve contemplar em seu trabalho de formação cidadã (1997, p.85).

O que se pretende é uma educação de fato emancipatória, que permite o raciocínio livre e ao mesmo tempo a inclusão social, dando ferramentas ao educador no trabalho de lapidação do educando para cumprir seu papel na

comunidade, no intuito de conquistar uma existência social mais equilibrada e digna. O processo ensino-aprendizagem, da forma com que foram historicamente construídos, podem, hoje, se mostrar ineficazes; no entanto, o que se propõe é sua reconstrução através de argumentos e novas construções, feitas por professores e alunos que se importam e que tem vontade de modificar o quadro educacional atual.

Muito já pode ser feito diante da evolução das TICs aplicadas à educação. Questões de infraestrutura tecnológica gradualmente estão sendo implantadas e/ou melhoradas nas escolas. O processo de capacitação dos docentes vem sendo incorporada nos processos de ensino-aprendizagem de forma extremamente tímida (quase imperceptível) na integração e utilização das mídias digitais. Somente com a superação destes primeiros entraves é que se pode falar em um início significativo de combate à exclusão digital das camadas mais carentes dos educandos.

O reconhecimento do professor sobre a ineficácia da educação e das suas inter-relações entre quem ensina e quem aprende, significa repensar a função da escola e da educação em sua totalidade. Porque, nas palavras de Almeida, ensinar seria o mesmo que:

[...] organizar situações de aprendizagem, criando situações que favoreçam a compreensão da complexidade do mundo, do contexto, do grupo, do ser humano e da própria identidade. Diz respeito a levantar ou incentivar a identificação de temas ou problemas de investigação, discutir sua importância, possibilitar a articulação entre diferentes pontos de vista, reconhecer distintos caminhos a seguir na busca de sua compreensão ou solução, negociar redefinições, incentivar a busca de distintas fontes de informações ou fornecer informações relevantes, favorecer a elaboração de conteúdos e a formalização de conceitos que propiciem a aprendizagem significativa.

Criar ambientes de aprendizagem com a presença da TIC significa utilizá-la para a representação, a articulação entre pensamentos, a realização de ações, o desenvolvimento de reflexões que questionam constantemente as ações e as submetem a uma avaliação contínua (2005, p. 72).

As TICs, da forma como são utilizadas em grande parte das escolas, não garante a melhora na qualidade de ensino, uma vez que as usam mais para ilustrar conteúdos do que para criar novos desafios pedagógicos. O ensinar e o aprender estão sendo desafiados, hoje, de forma nunca vista anteriormente. A incorporação das TICs é lenta, mas com a evolução tecnológica contemporânea, a maneira de aprender e o local de aprendizagem se dão de muitas formas, mas

ainda recaem sobre o fato de a escola ser a principal organizadora do processo ensino-aprendizagem. Existem informações em demasia, de múltiplas fontes, com visão diferenciada de mundo. A sociedade se mostra cada vez mais complexa e exige novas competências de seus cidadãos. Isto tudo demonstra a necessidade de repensar todo o processo educacional.

O grande desafio da inclusão social e da inclusão digital na área educacional não se restringe somente na aquisição de equipamentos e recursos tecnológicos. É imprescindível, também, a capacitação do docente para que a escola possa ser de fato um espaço de inovação, de experimentação saudável de novos caminhos que venham a servir de elo entre a real inclusão social e a inclusão digital e os educandos.

A crise educacional vem sendo motivo de repetida discussão. Muito se fala, por exemplo, da ausência de bibliotecas nas instituições escolares; naquelas que as comportam, a crítica mais comum se volta à falta de estrutura, representada por espaços inadequados, livros insuficientes, desatualizados e mal condicionados. A falta de recursos governamentais permanece sendo a reiterada desculpa estatal para a ausência de investimentos literários. Em contrapartida, crescente é o número de bibliotecas digitais, disponíveis dentro e fora do mundo virtual. As bibliotecas digitais, longe de serem a solução ao problema aqui descrito, parecem se amoldar como alternativa viável, porquanto seriam capazes de suprir boa parte da necessidade primária, dotando escolas periféricas ou com menor poder aquisitivo de condições equilibradas de acesso à literatura, indispensável no processo educacional inclusivo

Todos os envolvidos em educação são desafiados a irem na direção de uma educação de qualidade, capaz de integrar o pessoal e o social, o sensorial, o emocional, o ético e o tecnológico. A escola é simultaneamente uma instituição constituinte da sociedade e constitutiva desta mesma sociedade, sendo assim, neste movimento constante e incessante de personagens históricos diferentes que esta mesma escola vai tornando-se real, concretizando-se aos olhos da sociedade a qual pertence. Em um contexto de alta complexidade social, com o advento da globalização, não mais se admite continuar repetindo a maneira pela qual a educação tem sido feita até então, uma vez que existem meios bastante úteis para uma maior integração entre escola-aluno-sociedade. Frente a este anseio, a

função da escola é vir ao encontro dos interesses sociais, de formar cidadãos sujeitos de suas próprias vidas, pessoas capazes de uma formação crítica e conscientizadora, de fato emancipados, cidadãos ativamente incluídos e participantes da sociedade a que pertencem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O crescimento e a valorização de um povo tem como pilar importantíssimo a educação. Através dela, o cidadão será de fato alguém que faz parte do processo evolutivo da raça humana enquanto ente responsável, sabedor de seus direitos e deveres, crescendo e fazendo com que os que estão à sua volta façam parte também desse processo de desenvolvimento.

Diante das inovações tecnológicas, em tempos de globalização, onde a informação é simultânea aos acontecimentos, não se permite que a educação não encontre caminho idêntico, continuando fundada no binômio professor-fala/aluno-ouve. Este método, aliás, desde os tempos de Aristóteles que enfrenta contínuas alterações e críticas. A construção do conhecimento exige a introdução, mesmo que a passos lentos, de TICs voltadas à educação como forma de somar, a cada dia, forças na luta por um mundo melhor, mais sério e mais justo.

Para aqueles que se encontram fora das salas de aula podem parecer utópicos os fundamentos acima, mas insistimos em afirmar que ainda existem muitos profissionais da área da educação que continuam a luta diária para fazer a “diferença”. Diferença esta que está em cada um, respeitadas suas individualidades e peculiaridades, na formação de educandos preparados para colaborar, construir uma sociedade mais justa e solidária. Este objetivo é a luta constante do verdadeiro educador. O sonho e a esperança de que a mudança é possível e de que através da educação esta possibilidade pode se tornar concreta serve de mola propulsora para o enfrentamento de tantos desmandos da classe política em relação à educação. A verdadeira situação escolar e a tão propagada *educação de qualidade* são constantemente confrontadas pelo cotidiano das escolas brasileiras com sua cruel realidade.

Neste contexto, as TICs aparecem como alternativa na busca deste intento, no objetivo de que a educação brasileira seja vista e tida como uma educação de

qualidade. Contudo, homérico engano é o que vem se realizando nas escolas, pois não basta a distribuição de computadores e acreditar que, sem o devido suporte e qualificação profissional dos docentes, a “mágica” se concretizará. Em contrapartida, cresce a responsabilidade dos profissionais da educação que, mesmo sem o necessário respaldo por parte dos órgãos competentes, possuem em seu trabalho a gigantesca tarefa de tentar melhorar realmente o rumo da educação brasileira.

A Constituição Federal reza que somos todos iguais, temos os mesmos direitos e deveres e é para concretizar esta lei que a educação precisa se fortalecer e começar a mudar o rumo da sociedade. A inclusão social e a inclusão digital estão atreladas nesse processo de desenvolvimento educacional o qual, aos poucos, deve consolidar-se.

Cabe a nós, professores, fazermos a nossa parte, fazermos a diferença em todo este processo, inclusive frente às inovações tecnológicas voltadas à área educacional e a todas as diversidades que possam aparecer. A riqueza da diversidade humana deve ser vista e valorizada: cada um como ser único, imprescindível no elo da corrente chamada “vida”, na qual a educação tem como fundamental o objetivo de servir de suporte para que o ser humano cresça em toda sua plenitude.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. de. Tecnologias na escola: criação de redes de conhecimentos. In: ALMEIDA, M. E. B de; MORAN, J. M. (Org.). **Integração das tecnologias na educação**. Salto para o futuro. Integração das Tecnologias na Educação/Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2005.

ARROYO, M. G. Fracasso/Sucesso: um pesadelo que perturba nossos sonhos. In. **Caderno temático da constituinte escolar**. V. 13. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Educação, 2000.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2000.

\_\_\_\_\_. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Estatuto da criança e do adolescente**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1996.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva**: com os pingos nos "is". Porto Alegre: Mediação, 2004.

CECCON, C; OLIVEIRA, M. D. ; OLIVEIRA, R. D. **A vida na escola e a escola da vida**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 1999.

FILHO, A. V. C.; CABRAL, E. D. T. Dossiê comunicação e política. Inclusão digital para inclusão social: perspectivas e paradoxos. **Revista Debates**. Porto Alegre, v.4, n.1, p. 11-28, jan.- jun. 2010. Disponível em: <<http://svrperiodicos2.periodicos.capes.gov.br>> Acesso em: 28 mar. 2011.

LIMA, L. de O. **Para que servem as escolas?** Petrópolis: Vozes, 1995.

MONTEIRO, L. B. Inclusão digital. In. **Webartigos.com**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/2473/1/Inclusao-Digital/pagina1.html>>. Acesso em: 19 abr. 2011.

MORAN, J. M. A integração das tecnologias na educação. In. **Escola de Comunicação e Artes de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/integracao.htm>>. Acesso em: 06 mai. 2011.

OLIVEIRA, L. M. de (Org.). **Qualidade em educação**: um debate necessário. Passo Fundo: Universidade de Educação Básica, 1997.

REIMER, E. **A escola está morta**: alternativas em educação. Tradução de Tony Thompson. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SANTOS, F. C. L. dos. A inclusão digital e social como forma de promover a cidadania entre jovens no município de Maceió. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Pesquisa em educação: desenvolvimento, ética e responsabilidade social**. Maceió [S.d.], p. 1-15. Disponível em: <<http://dmd2.webfactional.com/media/anais/A-INCLUSÃO-DIGITAL-E-SOCIAL-COMO-FORMA-DE-PROMOVER-A-CIDADANIA-ENTRE-JOVENS-NO-MUNICÍPIO-DE-MACEIÓ.htm>>. Acesso em: 19 abr. 2011.

SOARES, M. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. 5. ed. São Paulo: Ática, 1988.

ZITKOSKI, J. J. Educação de qualidade: que qualidade queremos? In: OLIVEIRA, Lorita Maria de (Org.) **Qualidade em educação**: um debate necessário. Passo Fundo: Universidade de Educação Básica, 1997.